



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 17460.000381/2007-97  
**Recurso n°** 163.286 Voluntário  
**Acórdão n°** 2403-00.332 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 08 de fevereiro de 2011  
**Matéria** CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PREVIDENCIÁRIA  
**Recorrente** SÃO DOMINGOS S/A INDÚSTRIA GRÁFICA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/05/1998 a 31/07/1998

PREVIDENCIÁRIO - CUSTEIO - NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - PERÍODO ATINGIDO PELA DECADÊNCIA QUINQUENAL - SÚMULA VINCULANTE N°. 8.

O STF, em julgamento proferido em 12 de junho de 2008, declarou a inconstitucionalidade do art. 45 da Lei n° 8.212/1991. Após, editou a Súmula Vinculante n° 8, publicada em 20.06.2008, nos seguintes termos: “São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5° do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.

Nos termos do art. 103-A da Constituição Federal, as Súmulas Vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso em face de decadência total com base nos critérios estabelecidos tanto no Art. 173, I, CTN quanto no Art. 150, § 4°, CTN.

Carlos Alberto Mees Stringari - Presidente.

Cid Marconi Gurgel de Souza - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Carlos Alberto Mees Stringari, Ivacir Júlio de Souza, Cid Marconi Gurgel de Souza, Paulo Maurício Pinheiro Monteiro, Marcelo Magalhães Peixoto e Marthius Sávio Cavalcante Lobato.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário apresentado às fls.87 a 105 carreado de documentação, contra decisão da DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP (fls.76 a 81) que julgou PROCEDENTE o lançamento constante na Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD nº 37.029.477-7, no valor consolidado de R\$116.079,84 (cento e dezesseis mil, setenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Segundo o relatório fiscal às fls.17 a 20, a notificação corresponde à ausência de recolhimentos das contribuições devidas à Seguridade Social relativas à cota patronal e contribuição da empresa para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho.

Desta autuação, a recorrente foi notificada em 09/01/2007 e apresentou impugnação às fls.29 a 44, alegando em síntese:

- *Que ajuizou em 17/08/1994 uma ação cautelar, na intenção de compensar pró-labore pago a maior, que foi concedida em 1 instância e que o Tribunal Regional Federal ratificou essa decisão. Em última instância, a Recorrente conseguiu em definitivo o direito de compensar as contribuições previdenciárias recolhidas, indevidamente sem nenhuma limitação.*
- *Que a Lei nº 9.129, a qual impôs limitação de 30% sobre as compensações, somente passou a vigorar em 21/11/1995 e, desde 26 de agosto de 1994 (sentença em anexo), a Recorrente já detinha uma decisão a seu favor, configurando, inequivocamente, o direito adquirido.*

Para embasar mais ainda sua postulação, a recorrente transcreveu jurisprudências, ressaltando que as palavras dos respeitáveis julgados colacionados falavam por si só, não deixando dúvidas quanto à não limitação às compensações por recolhimentos indevidos.

Por fim, requereu que a presente NFLD fosse reconsiderada para que a recorrente se isentasse de qualquer pagamento, tendo em vista que seu direito de compensar valores estava albergado por decisão judicial.

A decisão de 1 instância foi proferida inicialmente pela Delegacia da Receita Previdenciária em São José do Rio Preto, através da Decisão-Notificação n 21.436.4/0147/2006 (fls.68 a 71). Ocorre que, com o advento da Lei n 11.457/2007, houve a transferência do acervo técnico, inclusive dos processos administrativos, para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, razão pela qual houve novo julgamento proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto (SP), através do acórdão n 14-17.897 (fls.76 a 81), nos seguintes termos:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS*

*Período de apuração: 01/05/1998 a 30/07/1998*

*COMPENSAÇÃO. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. LIMITE DE 30%.*

*A legislação aplicável na compensação é aquela vigente quando do encontro dos débitos e créditos se não houver disposição diversa na sentença judicial.*

*Lançamento Procedente*

Irresignada com a decisão supra, a recorrente interpôs recurso voluntário às fls. 87 a 105, reiterando todos os pontos da impugnação.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Cid Marconi Gurgel de Souza, Relator.

Sendo tempestivo, CONHEÇO DO RECURSO e passo ao exame de seus argumentos.

### DA PRELIMINAR:

### DA DECADÊNCIA TOTAL:

Não obstante a recorrente não ter se pronunciado acerca da ocorrência do instituto da decadência, cabe a este Conselho analisá-lo *ex officio*, por ser matéria que prejudica o mérito da causa. Assim, passo a examinar sua aplicação ao caso em tela.

Vale destacar que as controvérsias que existiam no âmbito dos contenciosos administrativos e no judiciário com relação ao prazo decadencial da Secretaria da Receita Federal para apurar os valores devidos a título de contribuições previdenciárias tiveram seu fim com o advento da Súmula Vinculante nº 8, a qual reconheceu como inconstitucional os arts.45 e 46 da Lei nº 8.212/91.

Ambos os dispositivos previam que os prazos para a Seguridade Social apurar e cobrar os seus créditos extinguíam-se com 10 (dez) anos. A grande celeuma era a não aplicação do prazo previsto no Código Tributário Nacional de que os créditos tributários só poderão ser apurados ou cobrados até 5 (cinco) anos, estabelecendo ainda esta legislação o marco inicial para a contagem desses prazos.

Assim, após várias decisões invocando a inconstitucionalidade dos arts.45 e 46 da Lei nº 8.212/91, o Egrégio Supremo Tribunal Federal sumulou a matéria com a edição da Súmula Vinculante de nº 8, *in verbis*:

*Súmula Vinculante nº 8 “São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário”.*

Sabe-se ainda que essas súmulas têm efeito vinculante sobre a Administração Pública, conforme previsão do art.103-A da Constituição Federal, motivo pelo qual este Colegiado deve aplicar o entendimento acima.

*Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.*

Uma vez não sendo mais possível a aplicação do art. 45 da Lei n° 8.212, há que serem observadas as regras previstas no Código Tributário Nacional, o qual disciplina a decadência no art. 173 e no art. 150, § 4.

Em ambos, o direito de a Fazenda constituir o crédito extingue-se em cinco anos, sendo que pela regra do art. 150, § 4º, a contagem é a partir da ocorrência do fato gerador e a do 173 é a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado ou da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

### **Código Tributário Nacional**

*Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.*

*§ 1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.*

*§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.*

*§ 3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.*

*§ 4º Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 5 (cinco) anos, **a contar da ocorrência do fato gerador**; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.*

\* \* \*

*Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, **contados**:*

***I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;***

***II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.***

*Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento."*

Pelo exposto, percebe-se que o marco inicial da decadência diverge no Código Tributário Nacional. A regra exposta no art. 173, inciso I é aplicável às espécies

tributárias que não estão sujeitas ao lançamento por homologação, pois as que se sujeitam a este tipo de lançamento têm o prazo decadencial regulado pelo art.150, §4º do CTN.

Desse modo, levando-se em consideração a ciência da NFLD em 09/01/2007, e, as datas das competências que estão sendo objeto de discussão (05/1998 a 07/1998) tem-se que os valores cobrados na notificação fiscal estão acobertados pela decadência, independentemente do critério a ser adotado.

Por todo o exposto, acato a preliminar ora examinada, restando prejudicado o exame de mérito.

### **CONCLUSÃO**

Voto pelo CONHECIMENTO do recurso voluntário para, nas preliminares, DAR-LHE PROVIMENTO reconhecendo a decadência dos valores relativos às competências de 05/1998 a 07/1998, independentemente do critério a ser utilizado pelo Código Tributário Nacional (art150, §4 ou art.173, I) e em razão da Súmula Vinculante n 8.

É como voto.

Cid Marconi Gurgel de Souza.